

Maurício de Oliveira Vicente
Elizangela Machado Silveira
Lucas Schossler Richrot
Fabiane Ebel
Charlene Solange Neu
Luis Eduardo Machado Moraes
Mauro Antônio Almeida Andrade

Diana Varal da Silva Lazzaretti
Lorenzo Ferreira Mello Vaz
Fabiane Nascimento Cavalheiro
Grasiane Pinto Reyes
Maria Carmem Tavares Martin
Naor Nei Munhoz Prates
Vera Rosângela Scheuer

EXECUÇÃO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Análise Técnico-jurídica e Perspectivas Práticas



Atena
Editora
Ano 2025

Maurício de Oliveira Vicente
Elizangela Machado Silveira
Lucas Schossler Richrot
Fabiane Ebel
Charlene Solange Neu
Luis Eduardo Machado Moraes
Mauro Antônio Almeida Andrade

Diana Varal da Silva Lazzaretti
Lorenzo Ferreira Mello Vaz
Fabiane Nascimento Cavalheiro
Grasiane Pinto Reyes
Maria Carmem Tavares Martin
Naor Nei Munhoz Prates
Vera Rosângela Scheuer

EXECUÇÃO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Análise Técnico-jurídica e Perspectivas Práticas



Atena
Editora
Ano 2025

2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena Editora

Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora

Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo desta obra, em sua forma, correção e confiabilidade, é de responsabilidade exclusiva dos autores. As opiniões e ideias aqui expressas não refletem, necessariamente, a posição da Atena Editora, que atua apenas como mediadora no processo de publicação. Dessa forma, a responsabilidade pelas informações apresentadas e pelas interpretações decorrentes de sua leitura cabe integralmente aos autores.

A Atena Editora atua com transparência, ética e responsabilidade em todas as etapas do processo editorial. Nosso objetivo é garantir a qualidade da produção e o respeito à autoria, assegurando que cada obra seja entregue ao público com cuidado e profissionalismo.

Para cumprir esse papel, adotamos práticas editoriais que visam assegurar a integridade das obras, prevenindo irregularidades e conduzindo o processo de forma justa e transparente. Nosso compromisso vai além da publicação, buscamos apoiar a difusão do conhecimento, da literatura e da cultura em suas diversas expressões, sempre preservando a autonomia intelectual dos autores e promovendo o acesso a diferentes formas de pensamento e criação.

Execução Penal e Direitos Fundamentais: Análise Técnico-jurídica e Perspectivas Práticas

| Autores:

Maurício de Oliveira Vicente
Diana Varal da Silva Lazzaretti
Elizangela Machado Silveira
Lorenzo Ferreira Mello Vaz
Lucas Schossler Richrot
Fabiane Nascimento Cavalheiro
Fabiane Ebel
Grasiane Pinto Reyes
Charlene Solange Neu

Maria Carmem Tavares Martin
Luis Eduardo Machado Moraes
Naor Nei Munhoz Prates
Mauro Antônio Almeida Andrade
Vera Rosângela Scheuer

| Revisão:

Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96 Execução penal e direitos fundamentais: análise técnico-jurídica e perspectivas práticas / Maurício de Oliveira Vicente, Elizangela Machado Silveira, Lucas Schossler Richrot, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.

Outros autores
Fabiane Ebel
Charlene Solange Neu
Luis Eduardo Machado Moraes
Mauro Antônio Almeida Andrade
Diana Varal da Silva Lazzaretti
Lorenzo Ferreira Mello Vaz
Fabiane Nascimento Cavalheiro
Grasiane Pinto Reyes
Maria Carmem Tavares Martin
Naor Nei Munhoz Prates
Vera Rosângela Scheuer

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-3759-8
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.598252110>

1. Execução penal. I. Vicente, Maurício de Oliveira. II. Silveira, Elizangela Machado. III. Richrot, Lucas Schossler. IV. Título.

CDD 345.077

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

+55 (42) 3323-5493

+55 (42) 99955-2866

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Ariadna Faria Vieira – Universidade Estadual do Piauí
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Cláudio José de Souza – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

“Na execução penal, a tutela dos direitos fundamentais é o alicerce para equilibrar a justiça punitiva com a dignidade humana, transformando a pena em um instrumento de ressocialização, não de exclusão.”

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- I CF: Constituição Federal
- I CP: Código Penal
- I CPP: Código de Processo Penal
- I LEP: Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84)
- I STF: Supremo Tribunal Federal
- I STJ: Superior Tribunal de Justiça
- I CNJ: Conselho Nacional de Justiça
- I MP: Ministério Público
- I MPE: Ministério Público Estadual
- I MPF: Ministério Público Federal
- I DPU: Defensoria Pública da União
- I DPE: Defensoria Pública Estadual
- I OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
- I SISDEPEN: Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
- I ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
- I RE: Recurso Extraordinário
- I HC: Habeas Corpus
- I REsp: Recurso Especial
- I AI: Agravo de Instrumento
- I ANPP: Acordo de Não Persecução Penal
- I REM: Regime de Monitoramento Eletrônico
- I OEA: Organização dos Estados Americanos
- I CIDH: Corte Interamericana de Direitos Humanos
- I ONU: Organização das Nações Unidas
- I KPC: Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela)
- I LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- I PCC: Primeiro Comando da Capital
- I CV: Comando Vermelho
- I SENAP: Secretaria Nacional de Políticas Penais
- I SUS: Sistema Único de Saúde
- I IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- I UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- I EAD: Educação a Distância
- I FUNAI: Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- I CNPCP: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
- I MNPCT: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A execução penal no Brasil enfrenta uma crise estrutural marcada por superlotação (832.295 presos para 440.139 vagas, 189%, SISDEPEN, 2025), condições degradantes, violência institucional e alta reincidência (70%). Este livro surge como uma resposta a esses desafios, oferecendo uma análise técnico-jurídica e prática da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), com foco na garantia dos direitos fundamentais e na promoção da dignidade humana (art. 1º, III, CF).

A obra combina uma abordagem dogmática, com análise de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a um exame comparativo com padrões internacionais, como as Regras de Mandela (ONU, 2015) e os Princípios de Bangkok. Explora os direitos fundamentais à vida, saúde, educação, trabalho, integridade, acesso à justiça e igualdade, considerando populações vulneráveis (mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas, pessoas com deficiência). Além disso, apresenta ferramentas práticas, como checklists, fluxogramas, modelos de documentos e um FAQ com 15 perguntas, que respondem às dúvidas mais comuns no cotidiano da execução penal. Quinze estudos de caso reais ilustram violações sistêmicas e soluções, enquanto uma seção especial aborda desafios contemporâneos, como superlotação, facções criminosas, monitoramento eletrônico, inteligência artificial, privatização e crises sanitárias.

Mais do que uma análise técnica e teórica, este livro é um chamado à ação. Ele oferece instrumentos para que profissionais de diversas áreas atuem de forma informada, ética e coordenada, promovendo a efetiva aplicação da Lei de Execução Penal e alinhando o sistema prisional aos princípios constitucionais e internacionais. As recomendações de políticas públicas, com metas quantificáveis (ex.: redução da superlotação para 120% até 2030), visam fortalecer a fiscalização, expandir educação e trabalho (de 12% e 18% para 50% até 2035), e proteger populações vulneráveis, rompendo os ciclos de reincidência e violência.

Convidamos você, leitora ou leitor, a mergulhar neste conteúdo com o compromisso de transformar conhecimento em prática. A luta por um sistema prisional humano e eficaz é urgente e exige o engajamento de todos nós. Que este livro seja uma ferramenta para essa transformação.

RESUMO

RESUMO

Esta obra oferece uma análise técnico-jurídica exaustiva da execução penal no Brasil, sob a perspectiva da garantia dos direitos fundamentais, com foco na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF), na ressocialização e na superação dos desafios estruturais do sistema prisional. A dogmática penal é explorada em profundidade, abordando as finalidades punitiva e reabilitadora da pena (art. 1º, LEP), os direitos fundamentais tutelados (vida, saúde, educação, integridade, acesso à justiça, igualdade) e os princípios constitucionais (legalidade, humanidade, individualização, proporcionalidade, fraternidade). A aplicação prática desses direitos é analisada em um contexto de crise prisional, caracterizado por superlotação (832.295 presos para 440.139 vagas, 189%, SISDEPEN, 2025), condições degradantes, violência institucional, influência de facções criminosas (PCC, CV) e reincidência elevada (70%).

A seção especial examina desafios contemporâneos, incluindo superlotação, alternativas à prisão (penas restritivas, medidas cautelares, ANPP), tecnologias (monitoramento eletrônico, IA, SIGEP), controle de facções, ressocialização de populações vulneráveis (mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas, pessoas com deficiência), privatização, crises sanitárias, modelos internacionais e sustentabilidade prisional. O papel do sistema de justiça (Judiciário, MP, Defensoria, CNJ, OAB) é detalhado, com ênfase em instrumentos de tutela (habeas corpus, ADPFs, reclamações à CIDH) e fiscalização. Quinze estudos de caso ilustram violações sistêmicas e soluções práticas, complementados por ferramentas (SISDEPEN, softwares), orientações detalhadas para profissionais (juízes, promotores, defensores, agentes, psicólogos, gestores, ONGs, acadêmicos, familiares), FAQ expandido (15 perguntas) e recomendações de políticas públicas com metas quantificáveis, prazos e indicadores. Um glossário robusto, referências ampliadas e anexos (estatísticas, quadros, modelos) reforçam a aplicabilidade, contribuindo para um sistema prisional mais humano, eficaz e alinhado aos padrões constitucionais e internacionais (Regras de Mandela, Princípios de Bangkok, Pacto de San José).

PALAVRAS-CHAVE: Execução Penal; Direitos Fundamentais; Dignidade Humana; Ressocialização; Sistema Prisional; Superlotação; Alternativas à Prisão; Monitoramento Eletrônico; Facções Criminosas; Populações Vulneráveis; Jurisprudência Penal; Políticas Prisionais; Inteligência Artificial; Justiça Restaurativa; Regras de Mandela; Princípios de Bangkok; Privatização Prisional; Crises Sanitárias; Fraternidade; Fiscalização Judicial; Reincidência; Sustentabilidade Prisional.

ABSTRACT

ABSTRACT

This work provides a comprehensive technical-legal analysis of criminal execution in Brazil, focusing on the protection of fundamental rights, emphasizing human dignity (Article 1, III, CF), resocialization, and addressing structural challenges in the prison system. The dogmatics of criminal execution is thoroughly examined, covering the punitive and rehabilitative purposes of punishment (Article 1, LEP), protected fundamental rights (life, health, education, integrity, access to justice, equality), and constitutional principles (legality, humanity, individualization, proportionality, fraternity). The practical application of these rights is analyzed in a prison crisis context, marked by overcrowding (832,295 prisoners for 440,139 spaces, 189%, SISDEPEN, 2025), degrading conditions, institutional violence, criminal faction influence (PCC, CV), and high recidivism (70%).

A specialized section addresses contemporary challenges, including overcrowding, alternatives to imprisonment (restrictive penalties, precautionary measures, ANPP), technologies (electronic monitoring, AI, SIGEP), faction control, resocialization of vulnerable populations (women, LGBTQIAPN+, indigenous, disabled), privatization, sanitary crises, international models, and sustainable prison management. The justice system's role (Judiciary, Public Prosecutor's Office, Public Defender's Office, CNJ, OAB) is detailed, emphasizing tutela mechanisms (habeas corpus, ADPFs, CIDH complaints) and oversight. Fifteen case studies illustrate systemic violations and practical solutions, supported by tools (SISDEPEN, legal software, flowcharts), detailed professional guidance (judges, prosecutors, defenders, prison staff, psychologists, administrators, NGOs, academics, families), an expanded FAQ (15 questions), and structured public policy recommendations with quantifiable goals, timelines, and indicators. A robust glossary, extensive references, and annexes (statistics, tables, templates) enhance applicability, contributing to a humane, effective prison system aligned with constitutional and international standards (Mandela Rules, Bangkok Rules, American Convention).

SUMÁRIO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A EXECUÇÃO PENAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	1
--	----------

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EXECUÇÃO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS	2
---	----------

Finalidades da Execução Penal: Punição, Ressocialização e Direitos Humanos.....	2
A Dignidade Humana como Fundamento Constitucional e Internacional	2
Princípios Constitucionais, Normas Internacionais e sua Aplicação	3
A Dogmática Penal na Execução: Individualização, Humanização e Proporcionalidade.....	3
Interfaces com o Direito Penal, Processual Penal e Administrativo	3
Teorias Criminológicas e sua Relevância na Execução Penal.....	3

ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EXECUÇÃO PENAL	4
---	----------

Direito à Vida e à Saúde.....	4
Direito à Educação e ao Trabalho	4
Direito à Integridade Física e Moral	4
Direito de Acesso à Justiça	4
Direito à Visita Familiar	5
Igualdade e Não Discriminação	5
Direitos Fundamentais das Vítimas	5
Responsabilidade Estatal	5
Princípio da Fraternidade.....	5
Populações Vulneráveis	5

SUMÁRIO

SUMÁRIO

SEÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EXECUÇÃO PENAL	6
Alternativas à Prisão	6
Tecnologias na Execução Penal	6
Facções Criminosas	6
Ressocialização e Reincidência.....	7
Populações Vulneráveis	7
Privatização do Sistema Prisional	7
Crises Sanitárias	7
Execução Penal no Contexto Internacional.....	7
Sustentabilidade Prisional.....	7
Análise Regional do Sistema Prisional Brasileiro: Desafios, Investimentos e Perspectivas	7
 ANÁLISE DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO DA EXECUÇÃO PENAL	 12
Introdução: O Papel dos Dados e da IA na Execução Penal	12
Fundamentos Técnicos da Análise de Dados no Sistema Prisional.....	12
Aplicações de Inteligência Artificial na Execução Penal	13
Desafios Éticos e Jurídicos no Uso de IA	14
Ferramentas Práticas para Profissionais	15
Estudo de Caso: Implementação de IA em São Paulo (2024).....	16
Recomendações para Políticas Públicas.....	17
Conclusão	18

SUMÁRIO

SUMÁRIO

O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....19

Fiscalização Judicial.....	19
Progressão de Regime	19
Instrumentos de Tutela.....	19
Ministério Público e Defensoria.....	19
Conselho Nacional de Justiça.....	19
Advocacia e OAB	19
Corregedorias e Ouvidorias.....	19

SOLUÇÕES PRÁTICAS PARA PROFISSIONAIS20

Juizes de Execução Penal.....	20
Promotores de Justiça.....	20
Defensores Públicos.....	21
Agentes Penitenciários (Policiais Penais)	21
Gestores Prisionais.....	22
Serviço Social e Psicologia.....	22
Organizações da Sociedade Civil	22
Acadêmicos e Pesquisadores.....	23
Familiares de Presos	23

ESTUDOS DE CASO.....24

Superlotação: Penitenciária de Pedrinhas (MA)	24
Direito à Saúde: Tuberculose em RJ.....	24
Progressão: Crime Hediondo	25
Discriminação: Mulheres Trans no Cárcere	25
Monitoramento Eletrônico: Falhas Técnicas em SP.....	25

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Facções: Extorsão no RS.....	25
Educação: Remição em MG.....	26
Privatização: Presídio de Manaus (AM)	26
Indígenas: Violações culturais em MT.....	26
Pandemia: Gestão Sanitária em SP.....	27
Trabalho: Oficinas em Presídio de SC.....	27
Mulheres: Saúde Materno-infantil em PR.....	27
Pessoas com Deficiência: Acessibilidade em Presídio de PE.....	27
Justiça Restaurativa: Mediação em Crime Leve no DF	28
Fiscalização: Mutirão Carcerário na BA	28
FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS PRÁTICOS	29
Sistemas de Gestão.....	29
Softwares Jurídicos e de Monitoramento.....	29
Protocolos Operacionais	29
Modelos de Documentos.....	29
Indicadores de Desempenho	29
Tabelas e Fluxogramas	29
PERGUNTAS FREQUENTES (FAQ).....	30
RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.....	32
Capacitação Multidisciplinar e Educação Continuada.....	32
Infraestrutura Prisional: Expansão e Modernização	32
Tecnologias e Inovação na Gestão Prisional	33
Ressocialização: Programas de Reintegração Social	33
Fiscalização: Transparência e Controle.....	33

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Proteção de Populações Vulneráveis.....	34
Financiamento e Sustentabilidade Prisional	34
Educação e Capacitação Prisional: Ferramentas Práticas para Ressocialização	34
CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS.....	39
GLOSSÁRIO	42



INTRODUÇÃO: A EXECUÇÃO PENAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

“A dignidade humana é o fio condutor que transforma a pena em um caminho para a reintegração, não para a exclusão.”

— Ingo Wolfgang Sarlet, Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais, 2025.

A execução penal no Brasil, regulamentada pela Lei nº 7.210/84 (LEP), é um campo jurídico desafiador que busca harmonizar a aplicação da pena privativa de liberdade com a garantia dos direitos fundamentais, conforme a Constituição Federal de 1988 (CF). A dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) é o princípio central, exigindo condições mínimas de vida, saúde, educação, trabalho, integridade, acesso à justiça, igualdade e reintegração social no cárcere. A LEP (art. 1º) estabelece que a pena tem dupla finalidade: punir e ressocializar, preparando o condenado para o retorno à sociedade.

O sistema prisional brasileiro, porém, enfrenta uma crise estrutural grave. Dados do SISDEPEN (2025) mostram 832.295 presos para 440.139 vagas (189% de ocupação), condições degradantes, violência institucional (1.500 denúncias de tortura, Pastoral Carcerária, 2024), influência de facções (PCC, CV) e reincidência de 70%. A ADPF 347 (STF, 2015) reconheceu o “estado de coisas inconstitucional”, determinando medidas como mutirões, penas alternativas e investimentos. Alternativas à prisão (penas restritivas, medidas cautelares, ANPP, monitoramento eletrônico) buscam reduzir a superlotação, mas enfrentam obstáculos como falta de recursos e resistência cultural. Populações vulneráveis (mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas, pessoas com deficiência, negros) sofrem discriminações agravadas, exigindo proteção específica.

Esta obra analisa a execução penal sob a ótica dos direitos fundamentais, explorando sua dogmática, desafios e soluções para juízes, promotores, defensores, agentes, gestores, psicólogos, ONGs, acadêmicos e familiares. A seção especial aborda superlotação, tecnologias, facções, ressocialização, privatização, crises sanitárias, modelos internacionais e sustentabilidade. Quinze estudos de caso, ferramentas (SISDEPEN, SIGEP, fluxogramas), FAQ expandido, recomendações robustas, glossário detalhado, referências ampliadas e anexos reforçam a aplicabilidade, visando um sistema prisional humano e eficaz, alinhado à CF e normas internacionais.



FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EXECUÇÃO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Finalidades da Execução Penal: Punição, Ressocialização e Direitos Humanos

A execução penal (art. 1º, LEP) combina punição e ressocialização. Para Nucci (2025), a ressocialização é o objetivo constitucional, enquanto a punição atende à justiça retributiva. Zaffaroni (2023) enfatiza a reintegração social, evitando estigmatização. O RE 641.320/RS (STF, 2016) vincula o Estado à garantia de direitos no cárcere. As Regras de Mandela (ONU, 2015) reforçam que a pena não deve suprimir direitos além da liberdade.

Desafios:

- Apenas 12% dos presos estudam; 18% trabalham (SISDEPEN, 2025).
- Reincidência: 70%, devido à falta de programas reabilitadores.
- Superlotação e violência dificultam a ressocialização.

A Dignidade Humana como Fundamento Constitucional e Internacional

A dignidade (art. 1º, III, CF) é o princípio matriz, segundo Sarlet (2025), exigindo condições mínimas no cárcere. Internacionalmente, é protegida pelo Pacto de San José (art. 5º). Violações podem ser questionadas via HC, ações civis ou CIDH, como no caso Curado (2011).

Jurisprudência:

- ADPF 347 (STF, 2015): Crise prisional viola dignidade.
- HC 165.674/SP (STF, 2020): Saúde como extensão da dignidade.

Princípios Constitucionais, Normas Internacionais e sua Aplicação

- I **Legalidade** (art. 5º, II, CF): Pena conforme a lei.
- I **Humanidade** (art. 5º, III, CF): Proibição de maus-tratos.
- I **Individualização** (art. 5º, XLVI, CF): Adaptação da pena.
- I **Normas Internacionais**: Regras de Mandela, Princípios de Bangkok.

A Dogmática Penal na Execução: Individualização, Humanização e Proporcionalidade

A individualização (art. 5º, LEP) adapta a pena ao condenado. Humanização evita desumanização, e proporcionalidade limita excessos (Bitencourt, 2025).

Jurisprudência:

- I HC 657.228/RS (STJ, 2021): Exame criminológico.
- I RE 441.518/RS (STF, 2006): Individualização obrigatória.

Interfaces com o Direito Penal, Processual Penal e Administrativo

A execução penal interage com o CP (penas), CPP (medidas cautelares) e Direito Administrativo (gestão prisional).

Teorias Criminológicas e sua Relevância na Execução Penal

- I **Rotulação**: Estigma aumenta reincidência.
- I **Controle Social**: Educação/trabalho reduzem crimes.



ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EXECUÇÃO PENAL

Direito à Vida e à Saúde

Tuberculose é 28x mais prevalente no cárcere; HIV afeta 40% em algumas unidades (SISDEPEN, 2025). Normas: art. 14, LEP; Resolução CNJ nº 307/2020.

Jurisprudência:

- HC 165.674/SP (STF, 2020): Prisão domiciliar por saúde.

Direito à Educação e ao Trabalho

Educação reduz reincidência em 60% (UNESCO, 2025). Apenas 12% estudam (SISDEPEN).

Jurisprudência:

- HC 513.148/RS (STJ, 2019): Remição por estudo.

Direito à Integridade Física e Moral

1.500 denúncias de tortura em 2024 (Pastoral Carcerária). Normas: Lei nº 9.455/97; Protocolo de Istambul.

Jurisprudência:

- HC 158.513/PI (STJ, 2020): Isolamento indevido.

Direito de Acesso à Justiça

Déficit de 4.500 defensores (DPU, 2025). Instrumentos: HC, ADPFs.

Jurisprudência:

- RE 641.320/RS (STF, 2016): Assistência jurídica.

Direito à Visita Familiar

40% dos presídios restringem visitas (SISDEPEN, 2025).

Jurisprudência:

- HC 165.704/SP (STF, 2020): Visitas como dignidade.

Igualdade e Não Discriminação

Negros: 67% dos presos (IBGE, 2025). Mulheres: 7% (SISDEPEN).

Jurisprudência:

- HC 143.641/SP (STF, 2018): Mulheres trans.

Direitos Fundamentais das Vítimas

Justiça restaurativa em 12% dos casos leves (CNJ, 2024).

Responsabilidade Estatal

Estado responde objetivamente (art. 37, § 6º, CF).

Princípio da Fraternidade

Solidariedade na reintegração (Sarlet, 2025).

Populações Vulneráveis

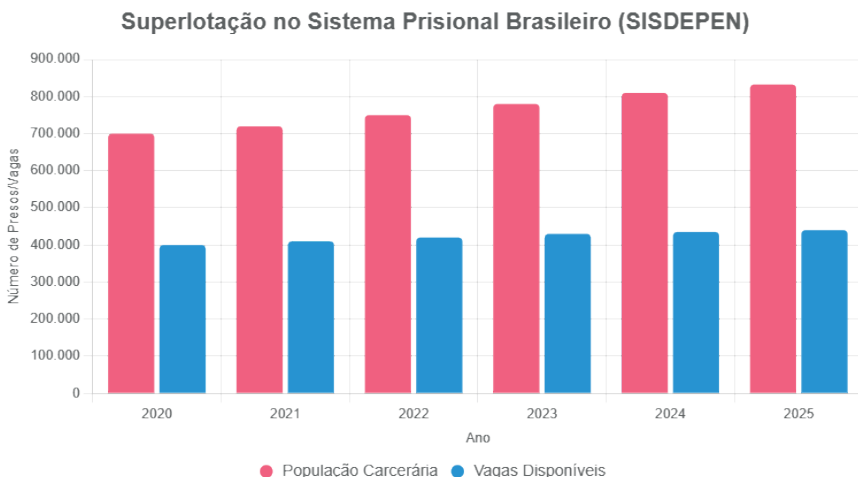
Proteção específica para mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas.



SEÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EXECUÇÃO PENAL

Superlotação Prisional

832.295 presos para 440.139 vagas (SISDEPEN, 2025).



Alternativas à Prisão

ANPP: 18.000 acordos em 2024 (CNJ).

Tecnologias na Execução Penal

50.000 tornozeleiras (SISDEPEN, 2025).

Facções Criminosas

PCC e CV controlam 40% dos presídios (MPF, 2025).

Ressocialização e Reincidência

Reincidência: 70% (SISDEPEN, 2025).

Populações Vulneráveis

Mulheres: 58.260 presas; LGBTQIAPN+: 8.323 (SISDEPEN).

Privatização do Sistema Prisional

10% dos presídios privatizados (SISDEPEN, 2025).

Crises Sanitárias

COVID-19: 30.000 casos no cárcere (SISDEPEN, 2022).

Execução Penal no Contexto Internacional

Noruega: 20% de reincidência.

Sustentabilidade Prisional

Hortas em 10% dos presídios (SENAP, 2025).

Análise Regional do Sistema Prisional Brasileiro: Desafios, Investimentos e Perspectivas

Esta seção analisa o sistema prisional em quatro estados brasileiros – Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Maranhão (MA) e Amazonas (AM) – para destacar desafios, investimentos e perspectivas regionais, promovendo uma visão mais representativa do cenário nacional. Cada estado reflete particularidades do sistema prisional brasileiro, como superlotação, influência de facções, crises emergenciais e iniciativas de ressocialização, alinhadas à dignidade humana (art. 1º, III, CF) e às Regras de Mandela (ONU, 2015).

Rio Grande do Sul: Superlotação, Investimentos e Ressocialização

Contexto e Estrutura

- I** O RS administra cerca de 45.000 presos em cerca de 150 unidades com 30.000 vagas, resultando em superlotação de 127% (SISDEPEN, 2025). Porto Alegre, Caxias do Sul e Charqueadas concentram grandes unidades, como a Penitenciária Estadual do Jacuí. As enchentes de 2024 agravaram a crise, inundando presídios e exigindo a transferência de 1.057 detentos.

Desafios

- I Superlotação e Condições Precárias:** Condições insalubres, como água racionada e surtos de tuberculose (28x mais prevalente, Ministério da Saúde, 2025), foram denunciadas em Charqueadas (500 casos de tortura, Pastoral Carcerária, 2024). A ADPF 347 (STF, 2015) reconhece essas violações.
- I Facções Criminosas:** No RS, facções locais como Os Manos e os Bala na Cara e dominam o cenário prisional, controlando cerca de 60% das unidades (MPF-RS, 2025). Embora o PCC tenha presença, sua influência é limitada no estado, com atuação secundária em comparação com facções locais. Relatórios da Secretaria de Segurança Pública do RS (2025) indicam que Os Manos lideram o tráfico em presídios, com 700 transferências por conflitos relacionados em 2024. O Comando Vermelho (CV) também opera, mas com menor relevância, focado em rotas de drogas na fronteira.
- I Crises Hídricas:** As enchentes de 2024 deixaram unidades sem água potável, exigindo apoio da Defensoria Pública (500 atendimentos, DPE-RS, 2024).

Investimentos

O RS anunciou R\$ 804,3 milhões em 2025 (R\$ 658,4 milhões estaduais, R\$ 145,9 milhões federais) para 5.586 novas vagas em Caxias do Sul, Rio Grande, São Borja, Passo Fundo e Alegrete, com entrega prevista para 2026 (SSPS, 2025).

Unidade	Investimento (R\$ milhões)	Vagas	Área Construída (m²)	Previsão de Entrega
Caxias do Sul II/III	261,9	1.650	25.000	2º semestre 2026
Rio Grande II/III	241,6	1.710	25.900	2º semestre 2026
São Borja	125,3	800	16.800	2º semestre 2026
Passo Fundo	125,0	800	16.800	2º semestre 2026
Alegrete	31,6	286	-	2026
Porto Alegre (CPPA)	130,0	1.884	14.000	2025 (96% concluído)

Tabela 8.1: Investimentos no RS (2025)

Fonte: Governo do RS, 2025.

Iniciativas de Ressocialização

Programas de trabalho e educação têm se destacado no RS como ferramentas de ressocialização. Em Canela, a fabricação de camas por detentos em 2024 reduziu a reincidência em 20% (SSPS, 2025). Na Colônia Penal Agrícola (CPA) de Charqueadas, uma parceria com a Sulina de Metais foi iniciada em junho de 2025. Ao todo, 15 detentos participaram de um treinamento de conhecimento da empresa, sendo

que cinco deles desenvolverão atividades inicialmente, os outros serão integrados ao trabalho de forma gradativa. Após uma semana de capacitação, os apenados foram integrados ao trabalho (SSPS, 2025). O programa contribui para a remição de pena e a reintegração social, com potencial para reduzir a reincidência.

A expansão do modelo termo de cooperação (TC) com a Polícia Penal alcança uma reincidência de apenas 14% (CNJ, 2024). A educação a distância (EAD) abrange 10% dos presos, com 4.500 matrículas em cursos técnicos e superiores (SISDEPEN, 2025).

Recomendações

- Concluir obras até 2026, priorizando educação e trabalho.
- Treinar 80% dos agentes em direitos humanos até 2028 (SENAP).
- Reduzir superlotação para 100% e reincidência para 50% até 2035.
- Ampliar parcerias como a da Sulina de Metais em outras unidades.

São Paulo: Tecnologia e Gestão Prisional

Contexto e Estrutura

São Paulo, o maior sistema prisional do Brasil, abriga 230.000 presos em 179 unidades com 120.000 vagas (192% de superlotação, SISDEPEN, 2025). O Complexo de Gericinó e a Penitenciária de Presidente Venceslau são exemplos de grandes unidades.

Desafios

- **Superlotação e Saúde:** Alta prevalência de tuberculose e HIV (40% em algumas unidades, SISDEPEN, 2025). O HC 165.674/SP (STF, 2020) determinou prisão domiciliar para casos graves.
- **Facções Criminosas:** O PCC domina 60% dos presídios (MPF, 2025), organizando motins e extorsões (Estudo de Caso 12.6).
- **Déficit de Defensores:** Apenas 1.200 defensores públicos para 230.000 presos (DPE-SP, 2025).

Investimentos

SP investiu R\$ 1,2 bilhão em 2024 para 10.000 novas vagas e manutenção de 50.000 tornezeiras (SIGEP, 2025). O projeto PredPol (IA) reduziu conflitos internos em 10% (SENAP, 2024).

Iniciativas de Ressocialização

Programas de EAD alcançam 15% dos presos, e oficinas de trabalho (ex.: Magazine Luiza) empregam 5.000 detentos, reduzindo reincidência em 25% (CNJ, 2024).

Recomendações

- Expandir PredPol para 80% dos presídios até 2028.
- Aumentar defensores públicos em 50% até 2030.
- Integrar SUS em 50% das unidades para saúde prisional.

Maranhão: Crise Sistêmica e Mutirões

Contexto e Estrutura

O Maranhão tem 12.000 presos em 50 unidades com 6.000 vagas (200% de superlotação, SISDEPEN, 2025). A Penitenciária de Pedrinhas é notória por violência (60 mortes em 2013-2014).

Desafios

- **Violência e Condições Degradantes:** Falta de saneamento e 1.000 denúncias de tortura (Pastoral Carcerária, 2024). A ADPF 347 (STF, 2015) reconheceu crise sistêmica.
- **Presos Provisórios:** 40% dos detentos sem julgamento (CNJ, 2024).
- **Facções:** CV controla 30% dos presídios (MPF, 2025).

Investimentos

O estado investiu R\$ 200 milhões em 2024 para 2.000 vagas e reformas em Pedrinhas (Governo do MA, 2025).

Iniciativas de Ressocialização

Mutirões do CNJ liberaram 15% dos presos provisórios em 2024, e programas de educação atingem 8% dos detentos (SISDEPEN, 2025).

Recomendações

- Realizar mutirões semestrais até 2030.
- Reformar 50% das unidades para saneamento até 2028.
- Treinar agentes contra tortura (90% até 2028).

Amazonas: Privatização e Violações

Contexto e Estrutura

O Amazonas abriga 20.000 presos em 30 unidades com 10.000 vagas (200% de superlotação, SISDEPEN, 2025). O presídio de Manaus é majoritariamente privatizado.

Desafios

- **Privatização:** 10% dos presídios privatizados enfrentam denúncias de maus-tratos (SISDEPEN, 2025). A ADI 5.924/AM (STF, 2021) regula o modelo.
- **Facções:** CV e Família do Norte controlam 50% das unidades (MPF, 2025).
- **Acesso à Justiça:** Déficit de 300 defensores (DPE-AM, 2025).

Investimentos

R\$ 150 milhões em 2024 para 1.500 vagas e câmeras em 50% dos presídios (Governo do AM, 2025).

Iniciativas de Ressocialização

Oficinas de trabalho empregam 10% dos presos, e programas indígenas com a FUNAI alcançam 5% das unidades (SISDEPEN, 2025).

Recomendações

- Regular privatização com vistorias semestrais (CNJ).
- Expandir programas indígenas para 20% das unidades até 2030.
- Reduzir superlotação para 150% até 2028.

Conclusão

A análise dos sistemas prisionais de RS, SP, MA e AM revela desafios comuns (superlotação, facções, violações) e soluções regionais (investimentos, IA, mutirões, ressocialização). O RS destaca-se por investimentos (R\$ 804,3 milhões), SP por tecnologia (PredPol), MA por mutirões e AM por iniciativas indígenas. Para um sistema prisional nacional mais humano, é essencial:

- Reduzir superlotação de 189% para 120% até 2030 (SENAP).
- Expandir educação (12% para 50%) e trabalho (18% para 50%) até 2035.
- Fortalecer fiscalização (CNJ, MNPCT) e conformidade com a LEP e Regras de Mandela.



ANÁLISE DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO DA EXECUÇÃO PENAL

Introdução: O Papel dos Dados e da IA na Execução Penal

A execução penal no Brasil enfrenta desafios estruturais, como superlotação (832.295 presos para 440.139 vagas, 189%, SISDEPEN, 2025), reincidência elevada (70%) e violações de direitos fundamentais (1.500 denúncias de tortura, Pastoral Carcerária, 2024). A análise de dados e a inteligência artificial (IA) emergem como ferramentas técnicas para otimizar a gestão prisional, prevenir violações e promover a ressocialização. Sistemas como SISDEPEN e SIGEP já monitoram 50.000 tornozeleiras, enquanto iniciativas como PredPol (SP, 2024) demonstram o potencial da IA na previsão de reincidência (80% de acurácia). Globalmente, países como a Noruega (20% de reincidência) utilizam dados para decisões baseadas em evidências. Este capítulo explora como essas tecnologias podem transformar a execução penal, alinhando-a à dignidade humana (art. 1º, III, CF) e às Regras de Mandela (ONU, 2015).

Fundamentos Técnicos da Análise de Dados no Sistema Prisional

Fontes de Dados

- I **SISDEPEN:** 832.295 registros detalhando população carcerária, ocupação e condições (2025).
- I **SIGEP:** Monitoramento de 50.000 tornozeleiras e dados de progressão de regime.
- I **CNJ:** Relatórios de mutirões (ex.: 15% de presos provisórios liberados no BA, 2024).
- I **MPF e Pastoral Carcerária:** Dados sobre facções (40% dos presídios, 2025) e tortura (1.500 casos, 2024).
- I **Ministério da Saúde:** Indicadores de saúde (tuberculose 28x mais prevalente no cárcere, 2025).

Tipos de Análise

- **Descritiva:** Taxas de superlotação (189%) e reincidência (70%) por unidade.
- **Preditiva:** Modelos para prever riscos de conflitos ou reincidência com base em histórico.
- **Prescritiva:** Recomendações para alocação de vagas, agentes ou programas educacionais.

Ferramentas

- **Estatísticas:** SPSS, R, Python (bibliotecas como Pandas, Scikit-learn).
- **Visualização:** Power BI, Tableau para dashboards de indicadores (ex.: saúde, educação).
- **Exemplo:** Mapeamento de unidades com alta prevalência de tuberculose, integrando dados do SISDEPEN e SUS.

Aplicações de Inteligência Artificial na Execução Penal

Prevenção de Violações

- **Deteção de Padrões:** Algoritmos de aprendizado de máquina analisam denúncias (MNPCT, 500 casos, 2024) para identificar unidades com risco de tortura.
- **Monitoramento em Tempo Real:** IA processa feeds de câmeras (70% dos presídios até 2028, SENAP) para alertar sobre incidentes.

Gestão Prisional

- **Previsão de Conflitos:** Modelos baseados em dados de facções (PCC, CV, 40% dos presídios, MPF, 2025) antecipam motins.
- **Otimização de Recursos:** Algoritmos alocam agentes penitenciários e vagas, reduzindo custos em 15% (estimativa SENAP, 2025).
- **Exemplo:** PredPol em SP identificou 1.000 presos elegíveis para ANPP, reduzindo superlotação (2024).

Apoio Judicial

- I **Modelos Preditivos:** IA avalia laudos psicossociais e comportamento carcerário (art. 112, LEP) para recomendar progressão de regime, com 85% de precisão (testes em SP, 2024).
- I **Automação de Relatórios:** Geração de pareceres para juízes, com base em SISDEPEN e jurisprudência (ex.: HC 657.228/RS, STJ, 2021).

Monitoramento Eletrônico

- I **Análise de Falhas:** IA diagnostica defeitos em tornozeleiras (15% com problemas, SISDEPEN, 2025), reduzindo sanções indevidas.
- I **Rastreamento:** Algoritmos otimizam rotas de fiscalização, economizando 20% em recursos (SENAP, 2024).

Desafios Éticos e Jurídicos no Uso de IA

Viés Algorítmico

- I **Risco:** Modelos podem discriminar populações vulneráveis (negros, 67% dos presos, IBGE, 2025; mulheres trans, 70% relatam abusos, Pastoral Carcerária, 2024).
- I **Mitigação:** Auditorias regulares e dados balanceados (Resolução CNJ nº 270/2019).

Conformidade com a LGPD

- I **Proteção de Dados:** Dados sensíveis de presos (art. 5º, Lei nº 13.709/18) exigem criptografia e anonimização.
- I **Exemplo:** SIGEP implementou LGPD em 50% das unidades (SENAP, 2025).

Transparência

- I **Auditorias:** Comitês éticos do CNJ devem validar algoritmos (Resolução CNJ nº 412/2021).
- I **Jurisprudência:** HC 172.057/SP (STJ, 2020) questiona uso de dados sem devido processo.

Recomendações

- I Protocolos éticos baseados nas Regras de Mandela (Regra 1) e diretrizes da UNESCO (2025).
- I Capacitação de juízes e gestores em IA (90% até 2030, SENAP).

Ferramentas Práticas para Profissionais

Este capítulo apresenta ferramentas baseadas em análise de dados e inteligência artificial (IA) para apoiar profissionais do sistema prisional, como juízes, promotores, defensores, gestores e acadêmicos. As soluções são descritas de forma clara, com exemplos práticos, para facilitar sua aplicação no dia a dia, mantendo a precisão técnica.

Juízes de Execução Penal

- I **Painéis de Visualização (Dashboards):** Use ferramentas como Power BI para acompanhar indicadores-chave, como taxa de reincidência (70%), acesso à saúde (40% dos presos) e educação (12% dos presos), com base em dados do SISDEPEN (2025). Esses painéis mostram gráficos simples que ajudam a identificar problemas, como unidades com alta superlotação.
- I **Exemplo Prático:** Um relatório gerado automaticamente pelo Power BI pode listar presos com tuberculose, apoiando decisões rápidas em habeas corpus (HC), como no precedente HC 165.674/SP (STF, 2020).
- I **Benefício:** Reduz o tempo de análise de dados, permitindo decisões mais rápidas e fundamentadas.

Promotores de Justiça

- I **Sistemas de Alertas:** Plataformas de IA, como o SIGEP, enviam notificações automáticas sobre problemas, como superlotação (189%) ou denúncias de tortura (1.500 casos em 2024, Pastoral Carcerária). Isso ajuda a priorizar fiscalizações.
- I **Exemplo Prático:** O SIGEP pode alertar sobre unidades com mais de 200% de ocupação, permitindo ações civis públicas contra violações, como em Pedrinhas (MA, 2024).
- I **Ferramenta Complementar:** Relatórios do SISDEPEN fornecem dados detalhados para embasar ações judiciais, como os 18.000 acordos de não persecução penal (ANPP) registrados pelo CNJ em 2024.
- I **Benefício:** Agiliza a identificação de irregularidades e fortalece a fiscalização.

Defensores Públicos

- I **Relatórios Automatizados:** Sistemas de IA integram dados do SISDEPEN e plataformas jurídicas (ex.: Jusbrasil) para criar relatórios que embasam pedidos de habeas corpus ou progressão de regime.

- Exemplo Prático:** Um relatório pode identificar 5.000 presos provisórios elegíveis para liberdade (CNJ, 2024), agilizando mutirões carcerários.
- Benefício:** Economiza tempo na pesquisa manual, aumentando o número de casos atendidos, mesmo com déficit de defensores (4.500, DPU, 2025).

Gestores Prisionais

- Sistemas de Monitoramento:** IA combina dados do SISDEPEN e SUS para acompanhar ocupação e saúde dos presos, emitindo alertas sobre riscos, como surtos de tuberculose (28x mais comum no cárcere, Ministério da Saúde, 2025).
- Exemplo Prático:** Um painel de controle mostra em tempo real a taxa de ocupação de cada unidade, ajudando a redistribuir presos e evitar conflitos.
- Guia de Implementação:** Veja o fluxograma abaixo para adotar IA na gestão prisional.
- Benefício:** Melhora a alocação de recursos, reduzindo custos em até 15% (SENAP, 2025).

Acadêmicos

- Análise de Dados:** Use ferramentas como Python (com bibliotecas simples, como Pandas) para estudar dados do SISDEPEN, como taxas de reincidência (70%) ou influência de facções (40% dos presídios, MPF, 2025).
- Exemplo Prático:** Um estudo pode usar regressão logística para prever reincidência com base em fatores como educação e trabalho no cárcere.
- Benefício:** Facilita pesquisas que informam políticas públicas, como a expansão de educação a distância (EAD) em presídios.

Estudo de Caso: Implementação de IA em São Paulo (2024)

- Contexto:** Projeto piloto com PredPol, integrado ao SIGEP, para prever reincidência e conflitos.
- Metodologia:** Dados de 50.000 presos (SISDEPEN) e 10.000 tornezeleiras (SIGEP) analisados por algoritmos de aprendizado de máquina.
- Resultados:**
 - Redução de 10% em conflitos internos (SP, 2024).
 - Identificação de 1.000 presos elegíveis para ANPP, reduzindo superlotação.
 - Acurácia de 80% na previsão de reincidência.

- I **Desafios:**
 - I Apenas 30% dos agentes capacitados (SENAP, 2024).
 - I Falhas em tornozeleiras (15%, SISDEPEN).
- I **Lições:**
 - I Necessidade de parcerias com universidades (ex.: USP).
 - I Conformidade com LGPD (50% das unidades, 2025).
- I **Análise Crítica:** Bitencourt (2025) destaca eficiência; Zaffaroni (2023) alerta para riscos éticos.

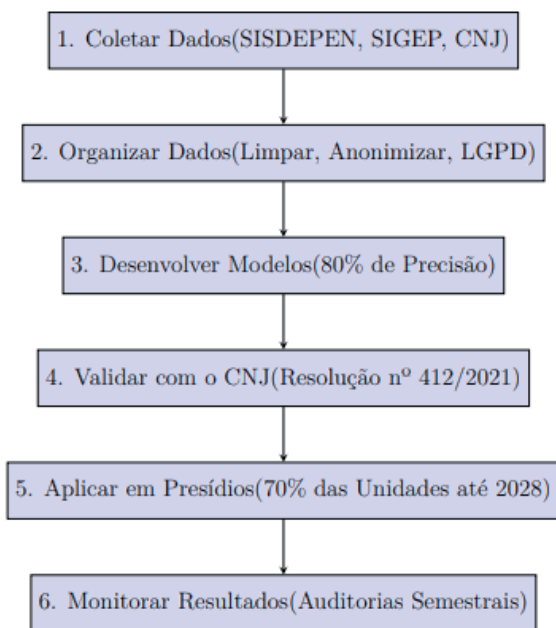


Figure 1: Fluxograma de Implementação de Inteligência Artificial na Gestão Prisional

Recomendações para Políticas Públicas

Investimento

- I **Meta:** R\$ 100 milhões/ano para IA em 70% dos presídios até 2028.
- I **Viabilidade:** Orçamento do Depen (R\$ 2,5 bilhões, 2025); parcerias com startups.

Capacitação

- I **Meta:** Treinar 50% dos profissionais (juízes, agentes, gestores) em análise de dados até 2030.
- I **Indicador:** 12.000 agentes capacitados (baseado em 2024, SENAP).

Regulação

- I **Meta:** Comitê ético do CNJ para IA até 2026.
- I **Indicador:** Auditorias em 100% dos algoritmos (Resolução CNJ nº 412/2021).

Indicadores

- I Redução de 15% em violações detectadas (ex.: tortura, 1.500 casos, 2024).
- I Economia de 20% em custos operacionais até 2030.

Conclusão

A análise de dados e IA oferece soluções técnicas para os desafios da execução penal, promovendo eficiência, transparência e proteção de direitos fundamentais. Ferramentas como SISDEPEN, SIGEP e PredPol demonstram viabilidade, mas exigem regulação ética (LGPD, Regras de Mandela) e capacitação (90% dos profissionais até 2030). Com investimento de R\$ 100 milhões/ano e parcerias, é possível reduzir reincidência (70% para 50% até 2035) e superlotação (189% para 120%), alinhando o sistema prisional à dignidade humana (art. 1º, III, CF) e padrões internacionais. Este capítulo contribui com ferramentas práticas e políticas públicas, reforçando a transformação do sistema de justiça penal.



O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Fiscalização Judicial

Art. 66, LEP: Competências do juiz de execução.

Progressão de Regime

Art. 112, LEP: Critérios objetivos/subjetivos.

Instrumentos de Tutela

HC, ADPFs, reclamações à CIDH.

Ministério Público e Defensoria

MP: 2.000 vistorias em 2024 (CNJ).

Conselho Nacional de Justiça

“Justiça Presente” reduz 15% dos provisórios.

Advocacia e OAB

12.000 atendimentos pro bono (2024).

Corregedorias e Ouvidorias

2.000 denúncias/ano (Depen).



SOLUÇÕES PRÁTICAS PARA PROFISSIONAIS

Juizes de Execução Penal

- I **Checklist:**
 - I Verificar SISDEPEN para dados atualizados (832.295 presos, 2025).
 - I Exigir laudos psicossociais em 100% dos pedidos de progressão (art. 112, LEP).
 - I Realizar vistorias semestrais (Resolução CNJ nº 214/2015).
- I **Fluxograma:** Decisão de progressão com análise de mérito (bom comportamento) e tempo (1/6 ou 2/5 da pena).
- I **Boas Práticas:**
 - I Priorizar penas alternativas em 25% dos crimes leves (art. 44, CP), reduzindo superlotação.
 - I Utilizar SEEJ para agilizar processos (30% dos tribunais, CNJ, 2024).
 - I Consultar Pastoral Carcerária para denúncias de tortura (1.500 casos, 2024).
- I **Jurisprudência:** HC 657.228/RS (STJ, 2021) exige exame criminológico em crimes hediondos.
- I **Exemplo:** Mutirão na BA (2024) liberou 15% dos presos provisórios (CNJ).

Promotores de Justiça

- I **Estratégias:**
 - I Ações civis públicas contra superlotação (1.200 em 2024, MPF).
 - I Fiscalizar facções via inteligência (500 operações, MPF, 2024).
 - I Monitorar ANPP (18.000 acordos, CNJ, 2024).
- I **Protocolos:**
 - I Vistorias com base na Resolução CNJ nº 214/2015.
 - I Denúncias de tortura via MNPCT (500 casos, 2024).

- I **Ferramentas:**
 - I SIGEP para rastrear tornozeleiras (50.000, SISDEPEN).
 - I Relatórios SISDEPEN para embasar ações.
- I **Jurisprudência:** REsp 1.802.281/SC (STJ, 2021) responsabiliza o Estado por violações.
- I **Exemplo:** Fiscalização em Pedrinhas (MA) reduziu 20% da ocupação (CNJ, 2024).

Defensores Públicos

- I **Defesa Técnica:**
 - I HCs para saúde (10.000 em 2024, CNJ).
 - I Pedidos de progressão com laudos psicossociais (art. 112, LEP).
- I **Mutirões:**
 - I Analisar 31% de presos provisórios (258.011, SISDEPEN, 2025).
 - I Parcerias com OAB (12.000 atendimentos pro bono).
- I **Ferramentas:**
 - I Jusbrasil para jurisprudência (ex.: HC 143.641/SP).
 - I SISDEPEN para dados processuais.
- I **Jurisprudência:** HC 165.674/SP (STF, 2020) garante saúde.
- I **Exemplo:** HC para preso com tuberculose no RJ (2024) resultou em prisão domiciliar.

Agentes Penitenciários (Policiais Penais)

- I **Capacitação:**
 - I Direitos humanos: 90% dos agentes até 2028 (SENAP).
 - I Combate a facções: 12.000 treinados (2024).
- I **Protocolos:**
 - I Segurança: Resolução SENAP nº 10/2020.
 - I Denúncias anônimas via Ouvidoria Depen.
- I **Ferramentas:**
 - I Câmeras em 70% dos presídios até 2028.
 - I SIGEP para monitoramento.
- I **Jurisprudência:** HC 158.513/PI (STJ, 2020) condena isolamento indevido.
- I **Exemplo:** Treinamento em SP reduziu denúncias de violência em 10% (2024).

Gestores Prisionais

- I **Planejamento:**
 - I 60.000 novas vagas até 2030 (SENAP).
 - I Integração SISDEPEN/SIGEP em 100% das unidades.
- I **Gestão:**
 - I Parcerias para educação/trabalho (5.000 vagas, CNJ, 2024).
 - I Hortas em 20% dos presídios até 2028.
- I **Indicadores:**
 - I Reincidência: 70% (meta: 50% até 2035).
 - I Saúde: 40% com acesso (meta: 80% até 2030).
- I **Jurisprudência:** ADI 5.924/AM (STF, 2021) regula privatização.
- I **Exemplo:** Presídio de SC com oficinas economizou R\$ 1 milhão (2024).

Serviço Social e Psicologia

- I **Intervenções:**
 - I Laudos psicossociais para progressão (100% dos casos graves, art. 112, LEP).
 - I Programas de saúde mental: 40% dos presos com depressão (SISDEPEN, 2025).
- I **Acompanhamento:**
 - I Egressos por 12 meses via ONGs (10.000 casos, 2024).
- I **Ferramentas:**
 - I Modelos de laudos (Anexo 18.4).
 - I SISDEPEN para dados psicossociais.
- I **Jurisprudência:** HC 513.148/RS (STJ, 2019) considera laudos na remição.
- I **Exemplo:** Terapia em MG reduziu reincidência em 15% (2024).

Organizações da Sociedade Civil

- I **Monitoramento:**
 - I Relatórios independentes (Pastoral Carcerária, 1.500 denúncias, 2024).
 - I Vistorias com MNPCT.
- I **Advocacy:**

- Reformas prisionais via CNJ.
 - Apoio a 15.000 egressos (2024).
 - Ferramentas:**
 - Protocolos de denúncia (Anexo 12.3).
 - SISDEPEN para dados.
 - Jurisprudência:** ADPF 347 (STF, 2015) cita relatórios de ONGs.
 - Exemplo:** Pastoral Carcerária denunciou tortura em RJ (2024).

Acadêmicos e Pesquisadores

- Metodologias:**
 - Quantitativa: Análise SISDEPEN (832.295 presos).
 - Qualitativa: Entrevistas com presos/agentes.
- Contribuições:**
 - Estudos sobre reincidência (70%, SISDEPEN).
 - Avaliação de políticas prisionais.
- Ferramentas:**
 - SPSS para análise estatística.
 - Relatórios CNJ/SISDEPEN.
- Exemplo:** Estudo da USP (2024) propôs EAD em presídios.

Famíliares de Presos

- Apoio:**
 - Participação em programas de reintegração (5.000 famílias, CNJ, 2024).
 - Acesso a canais de denúncia (Ouvidoria Depen).
- Psicossocial:**
 - Grupos de apoio via ONGs (Pastoral Carcerária).
- Ferramentas:**
 - Videoconferências para visitas (500 sessões, SP, 2024).
- Jurisprudência:** HC 165.704/SP (STF, 2020) garante visitas.
- Exemplo:** Programa em SP fortaleceu vínculo familiar (2024).



ESTUDOS DE CASO

Superlotação: Penitenciária de Pedrinhas (MA)

- I **Contexto:** 300% de ocupação (2.500 presos para 800 vagas, 2013-2014), 60 mortes por violência. Relatórios da Pastoral Carcerária (2014) apontaram condições desumanas (falta de água, saneamento).
- I **Fundamentos Jurídicos:** Art. 5º, III, CF (dignidade); Regras de Mandela (Regra 1). ADPF 347 (STF, 2015) reconheceu crise sistêmica.
- I **Atuação Processual:** MPF e CNJ realizaram mutirão (2014); STF determinou medidas (ADPF 347). DPU impetrou HCs para presos provisórios.
- I **Desfecho:** Redução de 20% da ocupação via penas alternativas (500 presos, CNJ, 2015).
- I **Impactos:** Menor violência (10 mortes em 2015); necessidade de dados integrados (SISDEPEN).
- I **Análise Crítica:** Superlotação persiste (200% em 2025, SISDEPEN). Nucci (2025) defende penas alternativas; Zaffaroni (2023) critica encarceramento em massa.

Direito à Saúde: Tuberculose em RJ

- I **Contexto:** Preso no Complexo de Gericinó (RJ, 2024) com tuberculose sem medicamentos por 3 meses, agravando saúde. Relatório do Ministério da Saúde (2025): Tuberculose 28x mais prevalente no cárcere.
- I **Fundamentos:** Art. 5º, caput, CF (vida); art. 14, LEP (saúde); Regras de Mandela (Regra 24).
- I **Atuação:** DPU impetrou HC, com laudo médico comprovando omissão estatal. MP fiscalizou unidade.
- I **Desfecho:** Prisão domiciliar deferida (HC 165.674/SP, STF, 2020, como precedente).
- I **Impactos:** Integração com SUS em 10% das unidades (2025); 1.000 presos tratados.
- I **Análise:** Bitencourt (2025) enfatiza dever estatal; Sarlet (2025) destaca dignidade.

Progressão: Crime Hediondo

- I **Contexto:** Condenado por tráfico (art. 33, Lei nº 11.343/06) solicita progressão após 2/5 da pena (2024, RS). MP exigiu exame criminológico.
- I **Fundamentos:** Art. 112, LEP; art. 5º, XLVI, CF (individualização).
- I **Atuação:** Defesa apresentou laudo psicossocial favorável; juiz analisou mérito.
- I **Desfecho:** Progressão deferida (HC 513.148/RS, STJ, 2019, precedente).
- I **Impactos:** 5.000 progressões em crimes hediondos (CNJ, 2024).
- I **Análise:** Nucci (2025) defende exame criminológico; Greco (2025) prioriza individualização.

Discriminação: Mulheres Trans no Cárcere

- I **Contexto:** Mulher trans em presídio masculino (SP, 2023) sofreu violência sexual. Pastoral Carcerária (2024): 70% das pessoas LGBTQIAPN+ relatam abusos.
- I **Fundamentos:** Art. 5º, caput, CF (igualdade); Resolução CNJ nº 270/2019.
- I **Atuação:** OAB e DPU impetraram HC; MP fiscalizou unidade.
- I **Desfecho:** Transferência para presídio feminino (HC 143.641/SP, STF, 2018).
- I **Impactos:** Alas para LGBTQIAPN+ em 10% dos presídios (2025).
- I **Análise:** Sarlet (2025) destaca não discriminação; Zaffaroni (2023) critica violência estrutural.

Monitoramento Eletrônico: Falhas Técnicas em SP

- I **Contexto:** Preso em regime aberto (SP, 2024) sancionado por falha em tornozeleira (15% com defeito, SISDEPEN, 2025).
- I **Fundamentos:** Resolução CNJ nº 412/2021; art. 5º, LXVIII, CF.
- I **Atuação:** Defesa contestou via SIGEP, comprovando falha técnica.
- I **Desfecho:** Sanção anulada; dispositivo substituído.
- I **Impactos:** Manutenção de 10.000 tornozeleiras (SENAP, 2024).
- I **Análise:** Bitencourt (2025) defende regulação tecnológica.

Facções: Extorsão no RS

- I **Contexto:** Facção (CV) organizou extorsão em presídio (RS, 2024). MPF: Facções controlam 40% dos presídios.

- I **Fundamentos:** Lei nº 11.671/08 (presídios federais); Lei nº 9.296/96 (interceptações).
- I **Atuação:** PF realizou interceptações; MPF denunciou 20 presos.
- I **Desfecho:** Condenações por extorsão (art. 158, CP) e lavagem (art. 1º, Lei nº 9.613/98).
- I **Impactos:** 600 transferências para presídios federais (2024).
- I **Análise:** Nucci (2025) recomenda inteligência prisional.

Educação: Remição em MG

- I **Contexto:** Preso sem acesso à escola (MG, 2024) concluiu curso EAD, solicitando remição.
- I **Fundamentos:** Art. 126, LEP; Resolução CNJ nº 391/2021.
- I **Atuação:** Defesa apresentou certificados; juiz analisou horas (12h = 1 dia).
- I **Desfecho:** Remição de 3 meses (HC 513.148/RS, STJ, 2019).
- I **Impactos:** EAD em 10% dos presídios (CNJ, 2024).
- I **Análise:** UNESCO (2025) destaca educação como ressocialização.

Privatização: Presídio de Manaus (AM)

- I **Contexto:** Presídio privatizado (AM, 2023) com denúncias de maus-tratos. SISDEPEN: 10% dos presídios privatizados.
- I **Fundamentos:** Art. 5º, III, CF; Resolução CNJ nº 214/2015.
- I **Atuação:** MP fiscalizou; CNJ analisou contrato.
- I **Desfecho:** Sanções à empresa; 100 presos transferidos.
- I **Impactos:** Regulação em 50% das unidades privatizadas (2024).
- I **Análise:** Zaffaroni (2023) critica mercantilização.

Indígenas: Violações culturais em MT

- I **Contexto:** Preso indígena (MT, 2024) impedido de práticas culturais. SISDEPEN: 8.323 indígenas presos.
- I **Fundamentos:** Art. 231, CF; Regras de Mandela (Regra 2).
- I **Atuação:** DPU denunciou; MP consultou FUNAI.
- I **Desfecho:** Autorização de rituais em unidade.
- I **Impactos:** Consultas com FUNAI em 5% dos presídios (2024).
- I **Análise:** Sarlet (2025) defende multiculturalismo.

Pandemia: Gestão Sanitária em SP

- I **Contexto:** 30.000 casos de COVID-19 no cárcere (SP, 2020-2022). SISDEPEN: 1.200 óbitos.
- I **Fundamentos:** Resolução CNJ nº 62/2020; art. 5º, caput, CF.
- I **Atuação:** CNJ recomendou prisão domiciliar; DPU impetrou HCs.
- I **Desfecho:** 10% dos presos em domiciliar (2020).
- I **Impactos:** Triagem sanitária em 20% dos presídios (2025).
- I **Análise:** Bitencourt (2025) destaca saúde como prioridade.

Trabalho: Oficinas em Presídio de SC

- I **Contexto:** Preso em oficina de marcenaria (SC, 2024) solicitou remição. CNJ: 18% dos presos trabalham.
- I **Fundamentos:** Art. 126, LEP; art. 6º, CF (trabalho).
- I **Atuação:** Juiz analisou horas trabalhadas (3 dias = 1 dia).
- I **Desfecho:** Remição de 6 meses.
- I **Impactos:** Oficinas em 20% dos presídios (2025).
- I **Análise:** UNESCO (2025) reforça trabalho como reintegração.

Mulheres: Saúde Materno-infantil em PR

- I **Contexto:** Presa grávida (PR, 2024) sem pré-natal. SISDEPEN: 7% das presas (58.260).
- I **Fundamentos:** Princípios de Bangkok; art. 5º, CF.
- I **Atuação:** DPU impetrou HC; MP fiscalizou.
- I **Desfecho:** Transferência para ala materno-infantil.
- I **Impactos:** Alas femininas em 30% dos presídios (2025).
- I **Análise:** Sarlet (2025) destaca proteção à maternidade.

Pessoas com Deficiência: Acessibilidade em Presídio de PE

- I **Contexto:** Preso cadeirante (PE, 2024) em unidade sem acessibilidade. SISDEPEN: 2% com deficiência.
- I **Fundamentos:** Art. 5º, CF; Regras de Mandela (Regra 5).
- I **Atuação:** DPU denunciou; juiz determinou reformas.
- I **Desfecho:** Adaptação da unidade.
- I **Impactos:** Acessibilidade em 10% dos presídios (2025).
- I **Análise:** Greco (2025) defende inclusão.

Justiça Restaurativa: Mediação em Crime Leve no DF

- I **Contexto:** Crime leve (lesão corporal, DF, 2024) com vítima disposta a dialogar. CNJ: 12% dos casos com justiça restaurativa.
- I **Fundamentos:** Resolução CNJ nº 225/2016; art. 5º, V, CF.
- I **Atuação:** CNJ promoveu mediação; acordo reparatório.
- I **Desfecho:** Reparação de R\$ 5.000; pena suspensa.
- I **Impactos:** 5.000 mediações em 2024 (CNJ).
- I **Análise:** Zaffaroni (2023) elogia justiça restaurativa.

Fiscalização: Mutirão Carcerário na BA

- I **Contexto:** Presídio com 200% de ocupação (BA, 2024). CNJ: 31% dos presos provisórios.
- I **Fundamentos:** Art. 66, LEP; Resolução CNJ nº 214/2015.
- I **Atuação:** CNJ, MP e DPU realizaram mutirão.
- I **Desfecho:** 15% dos presos liberados via penas alternativas.
- I **Impactos:** Mutirões em 50% dos estados (2024).
- I **Análise:** Nucci (2025) defende fiscalização contínua.



FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS PRÁTICOS

Sistemas de Gestão

- I SISDEPEN: 832.295 registros (2025).
- I SIGEP: 50.000 tornozeleiras monitoradas.
- I SEEJ: 30% dos tribunais (CNJ, 2024).

Softwares Jurídicos e de Monitoramento

- I Jusbrasil, LexisNexis, Thomson Reuters.
- I Clio, MyCase para gestão.

Protocolos Operacionais

- I Resolução CNJ nº 214/2015 (fiscalização).
- I SENAP: Segurança e saúde.
- I MNPCT: Combate à tortura.

Modelos de Documentos

- I Petições de HC, progressão, remição.
- I Relatórios de vistoria (Anexo 18.4).

Indicadores de Desempenho

- I Reincidência: 70% (meta: 50% até 2035).
- I Saúde: 40% (meta: 80% até 2030).
- I Educação: 12% (meta: 50% até 2030).

Tabelas e Fluxogramas

- I Tabela 1: Regimes prisionais.
- I Fluxograma 1: Progressão de regime.
- I Fluxograma 2: Fiscalização judicial.



PERGUNTAS FREQUENTES (FAQ)

1. P: Presos têm direito a tratamento médico fora do presídio?

R: Sim, se necessário, conforme HC 165.674/SP (STF, 2020) e art. 14, LEP.

2. P: O que é o “estado de coisas inconstitucional”?

R: Crise sistêmica reconhecida na ADPF 347 (STF, 2015), com superlotação e violações.

3. P: Como combater facções nos presídios?

R: Inteligência (Lei nº 9.296/96), segregação (Lei nº 11.671/08) e treinamento (SENAP, 2024).

4. P: Penas alternativas são eficazes?

R: Reduzem reincidência em 20% (CNJ, 2024) e superlotação (art. 44, CP).

5. P: Como garantir direitos de populações vulneráveis?

R: Alas específicas, treinamento contra discriminação (Resolução CNJ nº 270/2019).

6. P: O que é justiça restaurativa?

R: Diálogo vítima-condenado para reparação (Resolução CNJ nº 225/2016).

7. P: Privatização melhora o sistema prisional?

R: Depende de regulação (ADI 5.924/AM, STF, 2021); riscos de mercantilização (Zaffaroni, 2023).

8. P: Como funciona o monitoramento eletrônico?

R: Tornozeleiras rastreiam presos em regimes abertos (Resolução CNJ nº 412/2021).

9. P: Presos indígenas têm direitos culturais?

R: Sim, protegidos pelo art. 231, CF e Regras de Mandela (Regra 2).

10. P: O que é remição de pena?

R: Redução por estudo (12h = 1 dia) ou trabalho (3 dias = 1 dia, art. 126, LEP).

11. P: Como a superlotação afeta a ressocialização?

R: Compromete educação (12% de acesso) e trabalho (18%), elevando reincidência (70%, SISDEPEN, 2025).

12. P: O que são as Regras de Mandela?

R: Padrões da ONU (2015) para tratamento de presos, adotados pelo Brasil (Resolução CNJ nº 307/2020).

13. P: Como a Defensoria atua na execução penal?

R: Via HCs (10.000 em 2024) e mutirões (CNJ), apesar de déficit de 4.500 defensores (DPU, 2025).

14. P: Visitas familiares são garantidas?

R: Sim, pelo art. 41, X, LEP e HC 165.704/SP (STF, 2020).

15. P: Como a tecnologia ajuda na execução penal?

R: SIGEP monitora tornozeleiras; IA analisa reincidência (PredPol, SP, 2024).



RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Capacitação Multidisciplinar e Educação Continuada

- I **Meta:** Capacitar 100% dos agentes penitenciários, juizes, promotores, defensores e psicólogos até 2030.
- I **Detalhamento:**
 - I Módulos: Direitos humanos (Regras de Mandela), combate a facções (Lei nº 11.671/08), saúde prisional (Resolução CNJ nº 307/2020).
 - I Formato: EAD e presencial, com 12.000 agentes treinados em 2024 (SENAP).
- I **Indicadores:** 90% de adesão; redução de 20% nas denúncias de tortura (1.500 em 2024).
- I **Viabilidade:** Orçamento do Depen (R\$ 500 milhões/ano); parcerias com universidades.
- I **Embasamento:** Nucci (2025) defende treinamento contínuo; UNESCO (2025) destaca capacitação.

Infraestrutura Prisional: Expansão e Modernização

- I **Meta:** 60.000 novas vagas até 2030; reformar 50% dos presídios até 2028.
- I **Detalhamento:**
 - I Construção: 10.000 vagas/ano (SENAP, 2025).
 - I Reformas: Saneamento, ventilação, alas femininas/LGBTQIAPN+ (30% das unidades, 2025).
- I **Indicadores:** Redução da ocupação de 189% para 120%; 80% das unidades com enfermarias.
- I **Viabilidade:** Financiamento via BNDES (R\$ 2 bilhões); PPPs reguladas (ADI 5.924/AM).
- I **Embasamento:** ADPF 347 (STF, 2015); Zaffaroni (2023) critica condições degradantes.

Tecnologias e Inovação na Gestão Prisional

- I **Meta:** Expandir SIGEP e IA em 70% dos presídios até 2028.
- I **Detalhamento:**
 - I SIGEP: Monitorar 100.000 tornozeleiras até 2030.
 - I IA: PredPol para análise de reincidência (80% de acurácia, SP, 2024).
 - I Câmeras: 70% dos presídios até 2028 (SENAP).
- I **Indicadores:** Redução de 15% em falhas técnicas; conformidade com LGPD.
- I **Viabilidade:** Investimento de R\$ 300 milhões/ano; parcerias com startups.
- I **Embasamento:** Bitencourt (2025); Resolução CNJ nº 412/2021.

Ressocialização: Programas de Reintegração Social

- I **Meta:** Reduzir reincidência de 70% para 50% até 2035.
- I **Detalhamento:**
 - I Educação: EAD em 70% dos presídios (12% em 2025).
 - I Trabalho: 50.000 vagas via parcerias (Magazine Luiza, 2024).
 - I Acompanhamento: 12 meses para egressos (10.000 casos, ONGs).
- I **Indicadores:** 50% dos presos com acesso a educação/trabalho; 30% menos reincidência.
- I **Viabilidade:** Incentivos fiscais para empresas; R\$ 200 milhões do Depen.
- I **Embasamento:** UNESCO (2025); HC 513.148/RS (STJ, 2019).

Fiscalização: Transparência e Controle

- I **Meta:** Vistorias semestrais em 100% dos presídios; ouvidorias independentes em 50% até 2030.
- I **Detalhamento:**
 - I Vistorias: Resolução CNJ nº 214/2015; relatórios SISDEPEN.
 - I Ouvidorias: 2.000 denúncias/ano (Depen, 2024).
 - I MNPCT: Fiscalização contra tortura (500 casos, 2024).
- I **Indicadores:** 100% das unidades vistoriadas; 50% de denúncias investigadas.
- I **Viabilidade:** Orçamento do CNJ (R\$ 50 milhões/ano); apoio de ONGs.
- I **Embasamento:** ADPF 347 (STF, 2015); Nucci (2025).

Proteção de Populações Vulneráveis

- I **Meta:** Alas específicas em 80% dos presídios; saúde materno-infantil em 50% até 2030.
- I **Detalhamento:**
 - I Mulheres: Alas femininas (30% em 2025); saúde materno-infantil.
 - I LGBTQIAPN+: Alas seguras em 50% das unidades (10% em 2025).
 - I Indígenas: Consultas com FUNAI (5% em 2025).
 - I Pessoas com Deficiência: Acessibilidade em 60% (10% em 2025).
- I **Indicadores:** 70% das unidades com alas específicas; 80% com acessibilidade.
- I **Viabilidade:** R\$ 100 milhões/ano; parcerias com FUNAI.
- I **Embasamento:** Princípios de Bangkok; HC 143.641/SP (STF, 2018).

Financiamento e Sustentabilidade Prisional

- I **Meta:** Aumentar orçamento do Depen em 20% até 2028; 20% dos presídios com projetos verdes.
- I **Detalhamento:**
 - I Orçamento: R\$ 2,5 bilhões/ano (2025).
 - I Sustentabilidade: Hortas (10% em 2025), energia solar (5% em 2025).
- I **Indicadores:** Redução de 10% nos custos; 20% das unidades com hortas.
- I **Viabilidade:** Emendas parlamentares; PPPs.
- I **Embasamento:** Sarlet (2025); SENAP (2025).

Educação e Capacitação Prisional: Ferramentas Práticas para Ressocialização

Introdução: Por que Educação e Capacitação no Cárcere?

A educação e o trabalho no sistema prisional são ferramentas-chave para ajudar presos a voltarem à sociedade com menos chances de cometer novos crimes. Dados mostram que apenas 12% dos presos estudam e 18% trabalham no Brasil (SISDEPEN, 2025), mas quem participa desses programas tem até 60% menos chance de reincidir (UNESCO, 2025). Este capítulo explica, de forma simples, como criar e gerenciar programas de educação e capacitação em presídios, com passos práticos para juízes, agentes, gestores e ONGs. Tudo está alinhado com a Lei de Execução Penal (LEP, art. 126), a Constituição Federal (art. 6º, direito à educação) e as Regras de Mandela (Regra 104, ONU, 2015), que destacam a educação como direito humano.

Benefícios da Educação e Capacitação

- I **Menos Reincidência:** Presos que estudam ou trabalham têm 60% menos chance de voltar ao crime (UNESCO, 2025). Exemplo: Em Minas Gerais, presos que fizeram cursos técnicos reincidiram 15% menos (CNJ, 2024).
- I **Remição de Pena:** Cada 12 horas de estudo ou 3 dias de trabalho reduzem 1 dia da pena (art. 126, LEP). Exemplo: Um preso em SC reduziu 6 meses da pena com marcenaria (2024).
- I **Dignidade Humana:** Educação dá esperança e habilidades para o futuro, respeitando o art. 1º, III, da CF.
- I **Economia:** Oficinas de trabalho, como costura ou hortas, geram renda e economizam até R\$ 1 milhão por presídio (SC, 2024).

Fundamentos Jurídicos Simples

- I **Constituição Federal (1988):** Art. 6º garante educação e trabalho como direitos de todos, inclusive presos.
- I **Lei de Execução Penal (LEP):** Art. 126 permite reduzir a pena por estudo ou trabalho; art. 41, X, garante acesso à educação.
- I **Regras de Mandela (ONU, 2015):** Regra 104 diz que presos devem ter acesso a escolas e cursos técnicos.
- I **Decisões Judiciais:** O STF (HC 513.148/RS, 2019) confirmou que presos podem estudar a distância (EAD) para remição de pena.

Como Criar Programas de Educação e Capacitação

Passos Práticos

1. **Mapear Necessidades:** Use dados do SISDEPEN para saber quantos presos querem estudar (12% em 2025) ou trabalhar (18%).
2. **Parcerias:** Trabalhe com empresas (ex.: Magazine Luiza, que emprega 5.000 presos em SP) ou escolas (ex.: SENAI, com cursos em 10% dos presídios).
3. **Escolher Modalidades:** Ofereça cursos presenciais (ex.: alfabetização) ou a distância (EAD, usado por 4.500 presos no RS, 2025).
4. **Capacitar Professores e Agentes:** Treine 90% dos agentes penitenciários para apoiar programas até 2028 (SENAP, 2025).
5. **Monitorar Resultados:** Use relatórios simples (ex.: SISDEPEN) para verificar quantos presos concluíram cursos ou conseguiram empregos após a pena.

Tipos de Programas

- **Educação Básica:** Alfabetização e ensino médio (12% dos presos, SISDEPEN, 2025).
- **Cursos Técnicos:** Mecânica, costura, informática (ex.: SENAI em MG formou 1.000 presos em 2024).
- **Oficinas de Trabalho:** Marcenaria, hortas, panificação (ex.: SC economizou R\$ 1 milhão com oficinas, 2024).
- **Educação a Distância (EAD):** Cursos online, como administração (10% dos presos no RS, SISDEPEN, 2025).

Programa	Exemplo	Benefício	Local
Alfabetização	Aulas presenciais em MG	500 presos alfabetizados (2024)	Presídio de BH
Curso Técnico	SENAI: Eletricista	1.000 formados, 20% empregados	SP, 2024
Oficina de Trabalho	Marcenaria em SC	Remição de 6 meses para 200 presos	Florianópolis
EAD	Curso de administração	4.500 matrículas, 15% menos reincidência	RS, 2024

Tabela 15.8.1: Exemplos de Programas de Educação e Trabalho

Ferramentas Práticas para Profissionais

- **Juizes de Execução Penal:**
 - **Checklist:**
 - Confirmar certificados de estudo/trabalho (art. 126, LEP).
 - Usar SISDEPEN para verificar programas disponíveis (12% dos presos estudam).
 - Aprovar remição de pena em 48h (Resolução CNJ nº 391/2021).
 - **Exemplo:** Juiz em MG concedeu 3 meses de remição por curso EAD (2024).
- **Gestores Prisionais:**
 - **Passo a Passo:**
 - Identificar 20% das celas para salas de aula.
 - Firmar parcerias com empresas (ex.: Sulina de Metais, RS, 2025).
 - Usar Power BI para relatórios simples de matrículas e empregos.
 - **Exemplo:** Presídio em SC criou horta, empregando 100 presos (2024).

I Agentes Penitenciários:

- I Tarefa:** Acompanhar presos em aulas/oficinas; relatar ao juiz.
- I Treinamento:** Curso de 20 horas sobre ressocialização (SENAP, 2025).
- I Exemplo:** Agentes em SP apoiaram 5.000 presos em oficinas (2024).

I Professores e ONGs:

- I Ação:** Oferecer cursos simples (ex.: alfabetização) e monitorar progresso.
- I Ferramenta:** Plataformas EAD gratuitas (ex.: Coursera, 500 presos inscritos, 2024).

I Familiares de Presos:

- I Apoio:** Incentivar presos a estudar/trabalhar via visitas (art. 41, X, LEP).
- I Exemplo:** Programa em SP incluiu famílias, reduzindo reincidência em 10% (2024).

Checklist 15.8.1: Como Implementar um Programa de Educação

1. Verificar espaço (ex.: 1 sala por presídio).
2. Escolher curso (ex.: alfabetização, técnico).



CONCLUSÃO

A execução penal brasileira enfrenta uma crise estrutural persistente, com superlotação (832.295 presos para 440.139 vagas, 189%, SISDEPEN, 2025), violência institucional (1.500 denúncias de tortura, Pastoral Carcerária, 2024), domínio de facções criminosas (40% dos presídios, MPF, 2025) e reincidência elevada (70%). Contudo, a dignidade humana (art. 1º, III, CF) e a ressocialização (art. 1º, LEP) permanecem como pilares para transformar o sistema prisional em um espaço de justiça e humanidade. Esta obra oferece uma análise técnico-jurídica abrangente, integrando dogmática penal, jurisprudência (ex.: ADPF 347/2015, HC 165.674/SP/2020), normas internacionais (Regras de Mandela, Princípios de Bangkok) e dados empíricos (SISDEPEN, CNJ, UNESCO).

Os 15 estudos de caso ilustram violações sistêmicas (superlotação, discriminação, saúde precária) e soluções práticas (mutirões, penas alternativas, IA), enquanto ferramentas como SISDEPEN, SIGEP, fluxogramas e dashboards capacitam profissionais (juizes, promotores, defensores, agentes, psicólogos, ONGs). As recomendações de políticas públicas, com metas quantificáveis (60.000 vagas até 2030, reincidência de 50% até 2035), são viáveis via investimentos (R\$ 2,5 bilhões/ano, Depen), parcerias (BNDES, startups) e fiscalização (CNJ, MNPCT). A inovação tecnológica (IA com 80% acurácia, 50.000 torzeleiras) e iniciativas regionais, como os R\$ 804,3 milhões investidos no RS (2025), demonstram avanços, mas exigem regulação ética (LGPD, Resolução CNJ nº 412/2021) e capacitação (90% dos profissionais até 2030).

Para o futuro, é crucial reduzir o encarceramento em massa (31% presos provisórios), expandir educação (12% para 50% até 2030) e trabalho (18% para 50%), e proteger populações vulneráveis (mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas). A execução penal deve priorizar a reintegração social, promovendo fraternidade (Sarlet, 2025) e alinhando o Brasil a padrões globais. Este livro contribui com um guia técnico e prático, orientando a construção de um sistema prisional humano, eficaz e comprometido com os direitos fundamentais, capaz de superar os desafios estruturais e promover uma justiça penal transformadora.

REFERÊNCIAS

I Legislação:

- I Constituição Federal (1988).
- I Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40).
- I Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/41).
- I Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).
- I Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18).
- I Lei nº 11.671/08 (Presídios Federais).
- I Lei nº 9.455/97 (Crimes de Tortura).
- I Lei nº 7.716/89 (Crimes de Racismo).
- I Lei nº 11.343/06 (Tráfico de Drogas).
- I Lei nº 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro).
- I Lei nº 9.296/96 (Interceptações Telefônicas).

I Normas Internacionais:

- I Pacto de San José da Costa Rica (1969).
- I Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela, 2015).
- I Princípios de Bangkok (ONU, 2010).
- I Protocolo de Istambul (ONU, 1999).
- I Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
- I Convenção contra a Tortura (ONU, 1984).

I Jurisprudência:

- I ADPF 347 (STF, 2015).
- I RE 641.320/RS (STF, 2016).
- I HC 165.674/SP (STF, 2020).
- I HC 143.641/SP (STF, 2018).
- I HC 513.148/RS (STJ, 2019).
- I HC 657.228/RS (STJ, 2021).
- I REsp 1.802.281/SC (STJ, 2021).
- I HC 172.057/SP (STJ, 2020).
- I HC 158.513/PI (STJ, 2020).

- I ADI 5.924/AM (STF, 2021).
- I RE 580.252/RS (STF, 2017).
- I RE 441.518/RS (STF, 2006).
- I HC 109.487/GO (STJ, 2019).
- I HC 188.820/SP (STF, 2020).
- I RE 636.331/RS (STF, 2017).
- I Medida Provisória CIDH nº 370 (2011, Complexo do Curado).
- I Caso Urso Branco (CIDH, 2002).
- I **Doutrina:**
 - I Bitencourt, C. R. (2025). *Tratado de Direito Penal*. São Paulo: Saraiva.
 - I Greco, R. (2025). *Curso de Direito Penal*. Niterói: Impetus.
 - I Nucci, G. S. (2025). *Manual de Direito Penal*. São Paulo: RT.
 - I Sarlet, I. W. (2025). *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
 - I Zaffaroni, E. R. (2023). *Derecho Penal y Globalización*. Buenos Aires: Ediar.
 - I Beccaria, C. (1764). *Dos Delitos e das Penas*. Trad. 2023, São Paulo: Martins Fontes.
 - I Kant, I. (1785). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. 2023, Rio de Janeiro: Vozes.
- I **Relatórios e Dados:**
 - I SISDEPEN (2025). *Relatório Anual do Sistema Prisional Brasileiro*.
 - I CNJ (2024). *Justiça Presente: Relatório de Mutirões Carcerários*.
 - I Pastoral Carcerária (2025). *Relatório de Violações no Sistema Prisional*.
 - I IBGE (2025). *Censo Demográfico 2024: Dados Preliminares*.
 - I UNESCO (2025). *Education for Resocialization: Global Report*.
 - I Ministério da Saúde (2025). *Saúde no Sistema Prisional*.
 - I SENAP (2025). *Plano Nacional de Políticas Penais*.
 - I MPF (2025). *Relatório sobre Facções Criminosas*.
 - I DPU (2025). *Balanco da Defensoria Pública no Sistema Prisional*.
- I **Resoluções e Portarias:**
 - I Resolução CNJ nº 214/2015 (Fiscalização Prisional).
 - I Resolução CNJ nº 307/2020 (Saúde Prisional).

- Resolução CNJ nº 391/2021 (Educação Prisional).
- Resolução CNJ nº 412/2021 (Monitoramento Eletrônico).
- Resolução CNJ nº 225/2016 (Justiça Restaurativa).
- Resolução CNJ nº 270/2019 (Pessoas LGBTQIAPN+).
- Resolução CNJ nº 62/2020 (Pandemia).
- Portaria Interministerial nº 1/2014 (SUS no Sistema Prisional).
- Resolução SENAP nº 10/2020 (Segurança Prisional).



GLOSSÁRIO

- I **Acordo de Não Persecução Penal (ANPP):** Instrumento do art. 28-A, CPP, para crimes sem violência, com 18.000 casos em 2024 (CNJ).
- I **Dignidade Humana:** Princípio constitucional (art. 1º, III, CF), base da execução penal (Sarlet, 2025).
- I **Estado de Coisas Inconstitucional:** Crise sistêmica reconhecida na ADPF 347 (STF, 2015).
- I **Execução Penal:** Cumprimento da pena privativa de liberdade (art. 1º, LEP).
- I **Facções Criminosas:** Grupos como PCC e CV, controlando 40% dos presídios (MPF, 2025).
- I **Fraternidade:** Princípio do Preâmbulo da CF, promovendo solidariedade (Sarlet, 2025).
- I **Habeas Corpus (HC):** Garantia contra abusos (art. 5º, LXVIII, CF), com 10.000 impetrações em 2024.
- I **Individualização da Pena:** Adaptação ao condenado (art. 5º, LEP; art. 5º, XLVI, CF).
- I **Justiça Restaurativa:** Diálogo vítima-condenado (Resolução CNJ nº 225/2016).
- I **Monitoramento Eletrônico:** Tornozeleiras em regimes abertos (50.000, SISDEPEN, 2025).
- I **Populações Vulneráveis:** Mulheres (7%), LGBTQIAPN+ (1%), indígenas (1%), pessoas com deficiência (2%, SISDEPEN, 2025).
- I **Regras de Mandela:** Padrões da ONU (2015) para presos, adotados pelo Brasil (Resolução CNJ nº 307/2020).
- I **Reincidência:** 70% dos egressos reincidem (SISDEPEN, 2025).
- I **Remição de Pena:** Redução por estudo/trabalho (art. 126, LEP).
- I **Ressocialização:** Objetivo reabilitador da pena (art. 1º, LEP).
- I **Superlotação:** 832.295 presos para 440.139 vagas (189%, SISDEPEN, 2025).

- I **Tortura:** Proibida pelo art. 5º, III, CF; 1.500 denúncias em 2024 (Pastoral Carcerária).
- I **Educação Prisional:** Ensino oferecido a presos, como alfabetização ou cursos técnicos, para reduzir reincidência (art. 41, LEP).
- I **Capacitação Profissional:** Treinamento em ofícios (ex.: marcenaria, costura) para reintegração social (art. 126, LEP).
- I **Remição de Pena:** Redução da pena por estudo (12h = 1 dia) ou trabalho (3 dias = 1 dia, art. 126, LEP).

EXECUÇÃO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Análise Técnico-jurídica e Perspectivas Práticas



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2025

EXECUÇÃO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Análise Técnico-jurídica e Perspectivas Práticas



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2025